

Horta comunitária: agricultura urbana, comunicação e desenvolvimento sustentável na Zona Norte do Rio de Janeiro

Community garden: urban agriculture, communication and sustainable development in the North Zone of Rio de Janeiro

Jardín comunitario: agricultura urbana, comunicación y desarrollo sostenible en la Zona Norte de Río de Janeiro

Rodrigo Morelato

Universidade Federal do Sul da Bahia (CFAC-UFSB)
<rodrigomorelato@gmail.com>

Resumo

O artigo investiga correlações entre agricultura urbana, comunicação comunitária e desenvolvimento sustentável na cidade do Rio de Janeiro. Metodologicamente, é fruto de uma pesquisa-ação participante realizada desde 2015 junto a movimentos sociais da cidade. A hipótese sustentada é de ser a agricultura urbana uma prática social embasada na comunicação comunitária, as quais são capazes de promover desenvolvimento sustentável na vida cotidiana. Para tanto, exponho a trajetória do discurso desenvolvimentista, apresento um panorama da agricultura urbana carioca, descrevo contraditórios da territorialização da sustentabilidade nessa cidade e narro atividades desenvolvidas a nível cotidiano, através de hortas comunitárias, por moradores das favelas da Zona Norte carioca. Conclui-se que o desenvolvimento sustentável, antes de fruto da comunicação organizacional, deve ser pensado como um conjunto de mudanças sociais de nível cotidiano,

Abstract

The article investigates correlations between urban agriculture, community communication and sustainable development in the city of Rio de Janeiro. Methodologically, it is the result of participatory action research carried out since 2015 with social movements in the city. The hypothesis supported is that urban agriculture is a social practice based on community communication, which is capable of promoting sustainable development in everyday life. To this end, I expose the trajectory of the developmentalist discourse, present an overview of Rio's urban agriculture, describe the contradictions of the territorialization of sustainability in this city and narrate activities carried out on a daily basis, through community gardens, by residents of favelas in Rio's North Zone. It is concluded that sustainable development, before being the result of organizational communication, must be thought of as a set of social changes at an everyday le-

Resumen

El artículo investiga las correlaciones entre agricultura urbana, comunicación comunitaria y desarrollo sostenible en la ciudad de Río de Janeiro. Metodológicamente es resultado de una investigación acción participativa realizada desde 2015 con movimientos sociales de la ciudad. La hipótesis sustentada es que la agricultura urbana es una práctica social basada en la comunicación comunitaria, que es capaz de promover el desarrollo sostenible en la vida cotidiana. Para ello, expongo la trayectoria del discurso desarrollista, presento un panorama de la agricultura urbana de Río, describo las contradicciones de la territorialización de la sostenibilidad en esta ciudad y narro actividades realizadas cotidianamente, a través de jardines comunitarios, por residentes de favelas en la Zona Norte de Río. Se concluye que el desarrollo sustentable, antes de ser resultado de la comunicación organizacional, debe ser pensado como un conjunto de cambios sociales a nivel cotidiano, que pueden ser

as quais podem ser operadas pela comunicação comunitária.

Palavras-chave: Comunidade. Agroecologia. Meio ambiente. Desenvolvimento. Serra da Misericórdia (RJ).

vel, which can be operated through community communication.

Keywords: Community. Agroecology. Environment. Development. Serra da Misericórdia (RJ).

operados a través de la comunicación comunitaria.

Palabras clave: Comunidad. Agroecología. Medio ambiente. Desarrollo. Sierra de la Misericordia (RJ).

Introdução

Pela primeira vez na história, a maioria da população humana habita as cidades. Essa mudança no padrão demográfico mundial tem trazido novas questões para os debates do desenvolvimento sustentável, que recentemente incluiu entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável um item específico à promoção de Cidades e Comunidades Sustentáveis. Dentre as inovações sociais que contêm respostas ao desafio da sustentabilidade nas cidades, destaca-se a agricultura urbana, internacionalmente reconhecida como mitigadora das consequências das mudanças climáticas, de aumento da resiliência das populações urbanas, de promoção de participação social e de garantia de segurança alimentar, dentre outros benefícios (FAO, 2022).

Tendo estas questões em mente, o artigo busca responder à pergunta: quais as correlações entre agricultura urbana, comunicação comunitária e desenvolvimento sustentável na cidade do Rio de Janeiro? A hipótese sustentada é a de que a agricultura urbana é um processo de forte componente comunicacional comunitário, que gera sustentabilidade ao promover inovações a partir dos condicionantes impostos pelo ecossistema urbano. Nesse sentido, o artigo tem como objetivo demonstrar como as práticas de agricultura urbana, desde que baseadas na comunicação comunitária, promovem mudanças sociais voltadas à sustentabilidade,

de na vida cotidiana de moradores da Zona Norte do Rio de Janeiro.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa-ação participante (FALS-BORDA, 1991) desenvolvida junto a movimentos sociais de base comunitária desde o ano de 2015. Ao longo deste tempo, envolvi-me profundamente com as atividades desses atores sociais, mantive diários de campo, participei de oficinas, sistematizei reuniões e compilei uma grande quantidade de documentos e estudos que têm sido devolvidos aos atores sociais nos mais diversos formatos, como o deste artigo.

A estrutura deste texto se encontra dividida em três movimentos. O primeiro movimento traça um breve histórico sobre o conceito de desenvolvimento, apresenta a virada acontecida nos anos 1980, da qual desabrochou a ideia de sustentabilidade, dá a conhecer alguns dos debates que o tema vivencia na atualidade e realiza um panorama sintético da agricultura urbana carioca. O segundo movimento descreve o contexto histórico e geográfico onde se desenvolve uma das mais inovadoras tipologias de agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro: as experiências das favelas da Serra da Misericórdia, na Zona Norte da cidade. Para tanto, apoio-me na trajetória coletiva de um movimento social atuante há mais de vinte e cinco anos na região. O terceiro movimento descreve como as atividades de comunicação comunitária que envolvem a manutenção de uma horta comunitária têm

sido capazes de promover mudanças sociais identificadas com o desenvolvimento sustentável.

Conclui-se que o desenvolvimento sustentável deve ser entendido como uma mudança social que ocorre nas práticas cotidianas, como as proporcionadas pela agricultura urbana, possuindo como insumo fundamental a comunicação comunitária.

Agricultura urbana e desenvolvimento sustentável: breve panorama

Historicamente, a ideia de desenvolvimento foi fundamentada na proposta de que o crescimento econômico, a industrialização, a difusão tecnológica, a adoção de novos padrões educacionais e de consumo, todos necessariamente aliados à urbanização, seriam capazes promover as mudanças sociais necessárias a erradicar tudo aquilo que se relacionava à pobreza ou a qualquer outro tipo de falta, material ou simbólica, que experienciavam os países do Sul Global. Tal discurso se tornou hegemônico nos anos 1950, sendo considerado verdadeiramente científico, pois embasado em índices capazes de mensurar a aderência de sociedades do planeta ao paradigma civilizatório oriundo do Norte Global (ESCOBAR, 1995).

No caso brasileiro, grande esforço foi empreendido nessa busca por desenvolvimento, sobretudo entre os anos 1950 e 1980, quando seus princípios haviam se convertido em uma forma de doutrina. Nesse intervalo, os índices de urbanização saltaram de 36% para 66%. A indústria, que representava aproximadamente 17% do Produto Interno Bruto em 1950, atingiu 35% nos anos 1980. Igualmente, o

analfabetismo regrediu de 51% para 25% da população e a presença de meios de comunicação de massa no cotidiano dos brasileiros, como os aparelhos de televisão, por exemplo, saltou de 2% para 73% das residências (ORTIZ, 1988; SANTOS, 2013), transformando o país por completo. Enquanto as cidades cresciam, a economia se industrializava e a vida cotidiana se transformava, como atestam de modo incontestes esses supostos indicadores do desenvolvimento nacional.

No interior do Brasil, grandes transformações aconteceram: a difusão das mais contemporâneas tecnologias moto-mecânicas, agroquímicas e de manipulação genética transformaram nosso mundo rural de modo total, promovendo uma “Revolução Verde” capaz de dissuadir quaisquer camponeses da busca por mudanças sociais de cunho político (POMPÉIA, 2021). Talvez fosse mais interessante às populações rurais do Brasil se lançar na aventura das cidades (DURHAN, 1973), afinal, acreditava-se que, à sua semelhança, o campo também deveria se transformar, esvaziando-se em êxodo rural.

Embora o receituário desenvolvimentista clássico tenha sido seguido à risca – inclusive com o alto custo da “imobilização” da sociedade civil entre os anos de 1964 e 1985 –, questões históricas como a pobreza, a insegurança alimentar, um urbanismo precário, o atraso tecnológico e a baixa escolaridade persistiram em nosso país. Finalizado o grande ciclo desenvolvimentista da sociedade brasileira, em fins dos anos 1980, esses elementos tão característicos de sociedades subdesenvolvidas ainda se faziam presentes em nosso país, espalhando a desconfiança quanto ao receituário do Norte Global.

Dado o descrédito das teorias clássicas do desenvolvimento, novos paradigmas foram incorporados ao debate desenvolvimentista com o passar das décadas de 1980 e 1990. Destaco, em especial, a noção de desenvolvimento sustentável, que contou com um intenso processo participativo em sua formulação (ONU, 1988). Como é sabido, a noção de desenvolvimento sustentável atualiza a ideia de desenvolvimento, o qual passou a ser entendido como o processo de mudança social que “[...] atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (ONU, 1988, p. 46).

É importante mencionar que a noção de desenvolvimento sustentável vinha tomando forma desde ao menos a década de 1970, quando a crise ambiental e a percepção da finitude dos recursos naturais ensejaram reflexividade sobre as condições de vida no planeta (CALEGARE; SILVA JÚNIOR, 2011). Baseados em uma extensa revisão de literatura, os autores apontam que o discurso de desenvolvimento sustentável se estruturou a partir das primeiras catástrofes ambientais, que chocaram uma opinião pública em vias de globalização ainda nos anos 1950 e 1960; foi corroborado pelo ambientalismo moderno, em sua constituição de novos movimentos sociais, ao longo dos anos 1970; que as atividades da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas popularizaram essa ideia nos anos 1980; que os anos 1990 testemunharam a formulação de agendas locais e globais que perseguiam essa nova proposta de desenvolvimento; e que, finalmente, dos anos 2000 em diante,

essas agendas têm sido revistas, aprofundadas e repactuadas.

Na atualidade, vivemos o tempo de perseguir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) – uma série de dezessete (17) princípios modulares e interconectados. Dentre esses, faz-se necessário destacar o objetivo de número onze (ODS 11), relativo a Cidades e Comunidades Sustentáveis. Trata-se de uma escolha sugerida por uma novidade, afinal, os relatórios da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) destacam que, pela primeira vez na história, a maioria da população global (55%) vive em áreas urbanas (FAO, 2019).

Neste cenário, questões como a pobreza, a insegurança alimentar e nutricional e as mudanças climáticas convocarão as cidades a desenvolverem novas iniciativas de desenvolvimento no espaço onde se prevê que habitará 70% da humanidade nos anos 2050 (FAO, 2022). Assim, o fomento à agricultura urbana deve ser encarado como uma política de desenvolvimento sustentável estratégica, pois é sabido que essa atividade promove a melhoria da qualidade de vida nas cidades, diversifica a oferta de alimentos frescos, empodera camadas empobrecidas, incentiva a participação no debate sobre o crescimento urbano, promove segurança alimentar e nutricional e mitiga, pois adapta, as cidades às mudanças climáticas.

O caso que me interessa é o da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), com cerca de 12 milhões de habitantes dispersos em uma área de aproximadamente 7,5 milhões de quilômetros quadrados (IBGE, 2020). De ocupação antiga, possui núcleos urbanos desde o

século XVI, tendo experimentado diversos ciclos de urbanização; como o ocorrido na segunda metade do século XX, com grande êxodo rural e crescimento desordenado de cidades brasileiras na época áurea do discurso desenvolvimentista clássico (SANTOS, 2013).

Estudos recentes apontam que

O contexto sociopolítico da região [RMRJ] impõe obstáculos à valorização e suporte a agricultoras/es que são ameaçados pela expansão urbana, pela instalação de grandes empreendimentos e pelas políticas excludentes de conservação ambiental. Os equipamentos e serviços públicos disponíveis não atendem às necessidades dessa população e muitas vezes o próprio Estado impõe obstáculos aos processos territoriais por soberania alimentar (SOARES, 2023, p. 123).

Nesse panorama que sistematizou 121 experiências as mais diversas, contatou-se que as experiências desta metrópole contam com grande presença de organizações de base comunitária ou grupos comunitários de saúde tradicional e popular (34%); que a maioria dessas práticas é liderada por mulheres (65%); e que pessoas afrodescendentes ou indígenas compõem larga maioria (70%) dos protagonistas da agricultura urbana carioca.

Para se ter ideia da dimensão dessa atividade sustentável, menciono que apenas na cidade do Rio de Janeiro (LIMA, 2019) são produzidas e comercializadas ao menos 30 toneladas de alimentos mensalmente. São alimentos de origem local

e modo de produção tradicional, produzidos sem qualquer insumo da Revolução Verde. Ou seja, além de proporcionar maior segurança alimentar e nutricional aos que ainda vivem nas terras cariocas, a atividade produz e beneficia excedentes que, comercializados na própria cidade, diminuem a pegada de carbono e o desperdício característicos da agricultura “convencional”, estando em consonância com o desenvolvimento sustentável.

Segundo o geógrafo Luc Mougeot (MOUGEOT, 2005), a existência de agricultura no interior ou nas periferias das cidades é uma constante histórica. Essa agricultura tem como característica estar fortemente enredada em questões econômicas, sociais, ecológicas e culturais da cidade na qual se realiza – ou, como diria um autor brasileiro, encontra-se “mediatizada” por sua realidade (FREIRE, 1977). Essa agricultura promove inovação ao se utilizar, de forma inteligente, de insumos relativamente escassos nas cidades – como terra, água e sementes. Fomenta a participação da sociedade civil nos processos decisórios das metrópoles. Aumenta a resiliência das cidades ao produzir alimentos de maneira sustentável e contígua a seus espaços de consumo. Por fim, gera a solidariedade ao construir mercados alternativos, espaços verdadeiramente dialógicos para esses produtos.

No caso do Rio de Janeiro, a agricultura acontece nas mais diversas localidades da cidade em uma série de tipologias como pequenas propriedades rurais que circundam áreas de preservação permanente, quintais de casas do subúrbio, por vezes em lajes de casas das favelas e, também, em hortas comunitárias dispersas por toda a mancha

urbana. Dada a extensão deste relato, bem como a necessária valorização das trajetórias locais na consecução de qualquer possibilidade de desenvolvimento sustentável, deterei-me nessa última: as hortas comunitárias; em especial, as que podemos encontrar em algumas favelas da Zona Norte da cidade. Para melhor compreender esse fenômeno, será necessária uma breve digressão sobre a trajetória coletiva de um movimento social.

Serra da Misericórdia: remanescente verde da Zona Norte do Rio de Janeiro

Entre os séculos XVIII e XIX, a Serra da Misericórdia era o divisor natural entre freguesias rurais de Inhaúma e Irajá. Área de agricultura, essas terras abasteciam a cidade com uma grande diversidade de hortifrutigranjeiros. Ali também houve engenhos de cana de açúcar, como denuncia a toponímia do bairro Engenho da Rainha, onde Carlota Joaquina (Rainha Consorte de Portugal, esposa do Rei Dom João VI) possuiu um uma fazenda. Até mesmo o café, que sustentou economicamente o Segundo Império, foi ali aclimatado, antes de se dispersar pelo Vale do Paraíba (CAVALCANTI, 2004).

No início do século XX, com as reformas urbanísticas do prefeito Pereira Passos na região central da cidade, as terras dessas freguesias rurais passaram por intensas transformações (BENCHIMOL, 1992). Houve uma imensa redistribuição interna da população da cidade em direção aos subúrbios, o que chamou a atenção do executivo municipal, que, interessado em uma maior arrecadação, procedeu pelo fraciona-

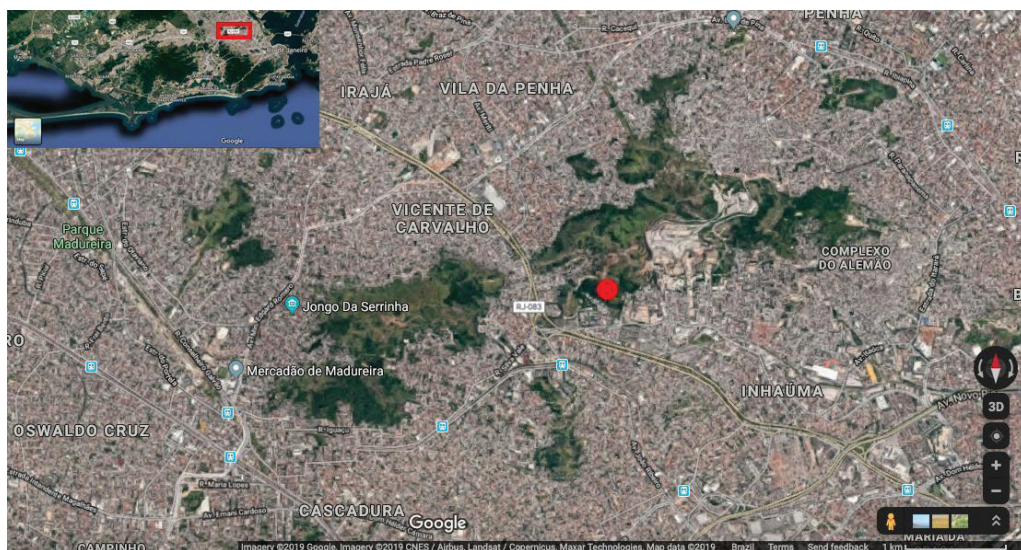
mento das freguesias rurais em bairros urbanos (ARRUDA, 2007).

Ainda segundo a historiadora Claudia Maria Calmon Arruda (ARRUDA, 2007), com o avançar do século, e facilitado por um sistema de comunicações já existente, pela demanda crescente de moradia e pelos processos de industrialização ocorridos no primeiro surto desenvolvimentista brasileiro, os arredores da Serra da Misericórdia se tornaram uma grande zona industrial e residencial proletária.

Nos dias de hoje, na comunidade Sérgio Silva, uma das dezenas que circundam essa serra, uma pequena horta comunitária serve de limite integrador entre as casas e o remanescente verde. Nas proximidades foi construída uma enorme cisterna com capacidade para 16 mil litros, que recolhe a água de telhado da vizinhança, irrigando a horta e abastecendo as casas dos arredores em dias de falta de água. Mais de três hectares da montanha foram reflorestados. Um círculo de bananeiras denuncia: ali, o esgoto é tratado de modo alternativo, através de um sistema fechado de evapotranspiração. Um pequeno parquinho com gangorra, balanços e trepa-trepa foi bioconstruído, fazendo o lazer das crianças das redondezas. Ao lado, um fogão a lenha, de uso comunitário, foi feito a partir tijolos ecológicos fabricados no próprio local, complementando os equipamentos que produzem esse precioso espaço de sociabilidade comunitária.

Todas essas benfeitorias são fruto do trabalho de um movimento social composto por moradores dessa favela e dos bairros vizinhos. Eles se reconhecem como “verdejantes”.

Figura 1 - A Serra da Misericórdia e a cidade do Rio de Janeiro



Fonte: acervo pessoal.

Sua memória coletiva remonta aos anos 1990, quando um morador da comunidade, carpinteiro de profissão, começou a desenvolver uma série de atividades de reflorestamento naquele grande e degradado espaço. Com o passar do tempo, essas ações protagonizadas por Luiz Poeta (1957~2011) ganharam maior alcance e diversidade à medida em que outros moradores da comunidade passaram a se envolver com essas práticas: eles formaram brigadas que combatiam os incêndios que lambiam o ressecado capim que cobria a montanha; reflorestaram suas encostas e fizeram a manutenção de suas diversas trilhas; mapearam e preservaram nascentes de água que escorriam pelas ruas das comunidades; festejaram muito, em luais e mutirões; desenvolveram soluções criativas para os problemas de insegurança

hídrica e alimentar de seus vizinhos. Por fim, vêm sistematizando e partilhando suas diversas práticas inovadoras em espaços como fóruns, conselhos municipais, propostas de lei e diversas políticas públicas que visam promover o desenvolvimento sustentável a partir da Zona Norte do Rio de Janeiro.

Conta a memória coletiva que sempre que Luiz Poeta caminhava pelas trilhas da Serra da Misericórdia, entre uma parada ou outra, recitava aqui e ali um verso: de uma conversa de passarinhos; de um tiroteio em plena mata; de uma mensagem oculta de Gaia e da descoberta de si mesmo. Essas experiências que ele vinha acumulando eram partilhadas na forma de poesias que, como é sabido, compõem uma das arcaicas tecnologias de comunicação baseadas na oralidade (ONG, 1988).

Figura 2 - Luiz Poeta oferece uma aula ao ar livre na Serra da Misericórdia



Fonte: acervo Verdejar Socioambiental.

Vale destacar uma poesia, que cristaliza a identidade coletiva do grupo por ele iniciado. Essa poesia de certo modo traduzia um desejo antigo da Serra da Misericórdia: o de se ver, novamente, coberta de verde; de verdejar novamente.

VERDEJAR JÁ!

Morar em Piabas – quando será?

A Serra é quem clama: Misericórdia!

*Porém, entre balas e fumaças: Zona Norte
– Rio!*

*A Serra se lança em seu maior desafio: Ver-
dejar, já!*

Já te amo, Serra da Misericórdia: te amo!

*Penha, Inhaúma, Olaria, Complexo do
Alemão, Ramos e Bonsucesso Engenho da
Rainha, Tomás Coelho Vicente de Carva-
lho, Vila Cosmos, Vila da Penha e Penha
Circular...*

*Circundam a Serra da Misericórdia!
Te amo, Serra da Misericórdia, te amo!
O seu verde precisa verdejar nessa redonde-
za sem paz, pálida e poluída!
Te amo, Serra da Misericórdia, te amo!
(Acervo Verdejar Socioambiental)*

Dentre as mais notáveis conquistas dos verdejantes, que constroem o movimento social de base comunitária Verdejar Socioambiental, talvez se destaque o longo processo de conscientização-organização-ação, de comunicação comunitária (PERUZZO, 2022), que culminou na conquista, no ano de 2001, do Decreto Municipal nº 19144/2000, que instituiu a Área de Preservação Ambiental e Recuperação Urbana (APARU) da Serra da Misericórdia, uma das três criadas pela municipalidade na busca pelo desenvolvimento sustentável.

Figura 3 - Frontispício de material de comunicação popular sobre a APARU da Serra da Misericórdia

Iniciativa

BICUDA ECOLÓGICA
Tel: (21) 3352-2452 / 3352-1245 - www.bicuda.org.br - bicuda@org.br

VERDEJAR - Proteção Ambiental e Humanismo
Tel: (21) 2593-2570 (Edson) / 3971-5223 (Ana Paula) / 3979-5223
verdejar@hotmail.com.br

CONSA - Conselho Comunitário de Saúde do Complexo do Alemão
Tel: (21) 9169-8439 (Marisa) - smartina@terra.com.br

OS VERDES - Movimento de Ecologia Social
Tel: (21) 9913-4135 / 2224-6713 - osverdes@hotmail.com.br

CEPEL - Centro de Pesquisas e Estudos da Leopoldina
Tel: (21) 2590-1998 (Kena) - cepel@alternex.com.br

Apoio

APEDEMA - Assembléia Permanente das Entidades de Defesa do Meio Ambiente
Tel: (21) 9906-2773 (Sérgio Ricardo) - apedema@hotmail.com.br


AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Rio
agbrio@bol.com.br


COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA ALERJ
Tel: (21) 2533-9955 / 2533-9353

SCAPE - Sociedade Cultural, Artística e de Preservação Ecológica
Tel: (21) 7843-1603 (Vera Lúcia) / 9363-2536 (Rodrigo)

Associação de Moradores e Amigos da Pça. Barbosa de Oliveira - Serrinha e Adjacência.
Tel: (21) 9226-1507 (Elton)

Apoio:


AS-PTA
ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS
EM AGRICULTURA ALTERNATIVA

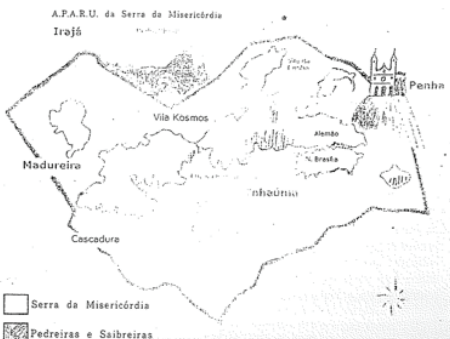

FINEP
ENQUADRAMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Carta da

Serra da Misericórdia

Propostas da Sociedade Civil para a APARU
(ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E RECUPERAÇÃO URBANA)
DECRETO LEI Nº 19144 DE 16/11/2000

A.P.A.R.U. da Serra da Misericórdia
Itrajé



Rio de Janeiro, Dezembro/2001

Fonte: acervo pessoal

As APARUs são uma figura jurídica de preservação ambiental exclusiva da cidade do Rio de Janeiro. Preveem a recuperação da cobertura vegetal nativa, a revisão dos parâmetros de ocupação do solo, a preservação e recuperação de mananciais, o desenvolvimento de atividades de recreação e ecoturismo, programas de educação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população local, dentre outros objetivos. Elas são um dos frutos que um grande evento internacional, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente, também conhecida como ECO-92, deixou aos habitantes do Rio de Janeiro. No entanto, diferentemente

de das outras APARUs existentes na Ilha do Governador (Zona Norte) e no Alto da Boa Vista (Zona Sul), a APARU da Serra da Misericórdia jamais foi efetivamente implementada.

O executivo municipal creditou a demora na implementação da APARU da Serra da Misericórdia à falta de recursos, algo sanado em outro evento internacional, de escopo semelhante: a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como Rio+20. Naquela ocasião, o Ministério das Cidades disponibilizou a prefeitura do Rio de Janeiro uma verba no montante de R\$15 milhões de reais, a qual deveria ser em-

pregada, exclusivamente, na execução da APARU da Serra da Misericórdia.

Infelizmente, a verba não foi executada; sendo devolvida ao Ministério das Cidades via Caixa Econômica Federal no ano de 2015. Apesar desse triste descaso do executivo municipal com um processo de participação social orientado à sustentabilidade e tecido desde as bases, em relação íntima com iniciativas de cooperação internacional, os verdejantes não desistiram de suas atividades em prol de mudança social.

Esse episódio marcou profundamente a trajetória dos verdejantes, que passaram a desconfiar profundamente das possibilidades de transformação de sua realidade através da pressão política em espaços institucionais. Dali em diante, passaram a concentrar seus escassos recursos em iniciativas de ação direta embasadas na comunicação comunitária, talvez a melhor maneira de promover conscientização e mudança social rumo à sustentabilidade na vida cotidiana. Nesse sentido, uma de suas mais bem-sucedidas tem sido a implementação de hortas comunitárias por toda a Serra da Misericórdia.

Hortas Comunitárias: comunicação e sustentabilidade no cotidiano

Desde o começo dos anos 2000, os verdejantes mantêm uma horta de 300m² na Comunidade Sérgio Silva. Ela se localiza no limite entre a comunidade – que sempre periga crescer e se espalhar pela montanha – e uma encosta por eles reflorestada desde fins de anos 1990 – cujos três hectares compõem um sistema agroflorestal onde se produzem madeira, flores e frutos para os mais diversos usos.

A partir de 2010, essa horta comunitária cultivada em plena favela tem sido espaço de produção orgânica certificada, o que garante não apenas a procedência de seus alimentos, mas também possibilita a comercialização de quaisquer excedentes nas feiras orgânicas existentes na cidade do Rio de Janeiro. Em ambos os casos – a produção orgânica e a comercialização em circuitos curtos –, trata-se de iniciativas de desenvolvimento sustentável que diversos movimentos da sociedade civil promovem na cidade do Rio de Janeiro (MORELATO, 2024a).

A história dessa horta é curiosa: ela foi uma tática de combate aos loteamentos irregulares que se espalhavam pela montanha, como conta um dos verdejantes:

Um dia a gente tinha terminado uma trilha, vindo lá da Fazendinha e chegando aqui na Sérgio Silva, né... Ai a gente chegou, tinha aquele monte de arame [demarcando os lotes]. E a gente parou e arrancou tudo! Botamos lá embaixo na caçamba da Conlurb... Não ia construir aqui! A gente tinha acabado de reflorestar ali em cima, tirando o capim... Aí o Poeta pegou uma barraca velha, botou debaixo daquela árvore ali [aponta para uma grande árvore nos limites da horta], e ficou aqui, acampado. Porque, se a gente sáísse, no outro dia o arame estaria aí de novo. Aí que veio a ideia: fazer uma horta, que era uma maneira de não sair mais. E a horta tá aí, já faz vinte anos... Naquela época não se falava em horta em favela e nem em horta orgânica. E a nossa sempre foi orgânica desde o começo... Então, ter uma

horta de referência próximo às casas e que se expande pra dentro das casas a partir dos encontros, oficinas e mutirões que a gente promove aqui... Ela contribui bastante [para a sustentabilidade], sabe? E não apenas para esse aspecto da alimentação, que é muito importante e a gente não pode perder de vista... Mas também a questão da conservação ambiental, né? Então... Você vê que essa horta aqui tem várias funções sociais, né? (militante do Verdejar Socioambiental).¹

Segundo os verdejantes, essa horta tem cinco funções principais: estancar o crescimento da comunidade ao delimitar a fronteira entre área edificada e preservada; combater a insegurança alimentar e nutricional dos moradores através da oferta de verduras, frutas e legumes; promover iniciativas de educação ambiental; fomentar a produção coletiva de conhecimento sobre agricultura urbana; e, por último, gerar renda através da comercialização dos produtos orgânicos certificados cultivados na horta.

Ao menos uma vez ao mês, os verdejantes realizam grandes mutirões, atividades para as quais mobilizam os demais moradores da comunidade ou de bairros vizinhos, de outras iniciativas de agricultura urbana e quaisquer curiosos que possam ter acesso às suas redes sociais. Nessas ocasiões, os canteiros são adubados ou parcialmente refeitos, novas mudas são plantadas, as cercas da horta são reformadas, árvores dos arredores são podadas, a cisterna de captação de água é reparada, e outros pequenos trabalhos são realizados.

Os mutirões são práticas de solidariedade vicinal originárias do mundo rural, que foram transpostas às cidades no intenso processo de urbanização ocorrido no Brasil. São formas de manter vivos os vínculos comunitários através da manutenção de obrigações recíprocas: ao atender o chamado e participar de um mutirão, os convidados recebem em troca, ao final das atividades, uma festa ou, eventualmente, alguns presentes. No caso dos mutirões da Serra da Misericórdia, eles são encerrados com refeições coletivas preparadas no fogão a lenha contíguo à horta e, frequentemente, sementes, mudas ou estaquias de plantas alimentícias são oferecidas como presente àqueles que participaram das atividades. Trata-se, portanto, de uma prática de comunicação comunitária baseada na corpo-reidade e embasada na economia da dádiva (MORELATO, 2023).

De fato, participar dos mutirões da Serra da Misericórdia tem algo de transformador, pois é frequente que, após essa atividade de comunicação comunitária, as pessoas queiram dar início a novas hortas cada vez mais próximas de suas casas, envolvendo seus vizinhos e familiares nessas atividades promotoras de sustentabilidade.

Foi o caso de uma moradora da comunidade Morro da Esperança, localizado a cerca de quatro quilômetros da comunidade de Sérgio Silva, do outro lado da serra: na laje de sua casa ela cultivava, em um velho e danificado carrinho de mão, uma série de plantas aromáticas que utiliza na complementação da alimentação do dia a dia, introduzindo alimentos frescos na alimentação de suas filhas pequenas. Os benefícios

¹ Em depoimento ao autor em maio de 2018.

dessa horta de certo modo improvisada, no entanto, vão muito além da manutenção da segurança alimentar e nutricional, como ela conta, afinal:

As vezes eu tô muito estressada... Fico nervosa... Aí eu venho aqui [na laje, onde fica sua horta], fico mais de meia hora aqui, mexendo... As pessoas passam e falam “você tem problema, você não regula não, fica aí meia hora...” Aí isso daqui [mostra a sementeira com as mudinhas] eu pego e fico com o vidro do desodorante, com água, espirrando bem cada um no teu quadrado... E eu tô gostando! Eu acho que eu tô menos estressada... Não tô mais estressada que nem eu tava antes, não! (moradora do Morro da Esperança).²

Em outra parte da serra, na comunidade da Pedra do Sapo também tem desenvolvido atividades semelhantes: aproveitando um pequeno espaço em frente à sua casa para o cultivo de vegetais como a couve, o almeirão, a abobrinha e também a bucha vegetal. Ela conta que

[...] eu plantei uma horta na minha casa e as pessoas passam e ficam admirando... Pedem um coentrinho pra temperar... Perguntam se pode plantar junto e eu já falo “Pode! Aqui é horta comunitária, a ideia é a gente plantar junto pra colher e comer junto!”. E outras mulheres também querem que eu faça horta na sua laje, no quintal.... Na minha casa tá sendo assim...” (Moradora da Pedra do Sapo)³

Em verdade, cultivar uma horta tem se revelado uma das maneiras de promover conscientização sobre o desenvolvimento sustentável. A partir do cultivo dessa pequena horta em frente à sua casa, essa idosa, por exemplo, tem se revelado uma das maiores entusiastas das possibilidades de desenvolvimento sustentável.

Nascida no interior do estado de Pernambuco, sua infância foi marcada por uma relação próxima com a terra: cultivava flores, verduras e tubérculos que complementavam a alimentação e a renda de sua família. Em vida adulta, migrou ao Rio de Janeiro, tendo se estabelecido na comunidade Pedra do Sapo, nas encostas da Serra da Misericórdia. A participação nesse mutirões ofereceu a ela a perspectiva de não apenas de retomar as atividades de agricultura na cidade, mas de transformar a sua casa em uma moradia sustentável: ela tem implementado em sua residência uma série de tecnologias sociais de baixo custo como uma cisterna que capta água de sua laje, um aquecedor solar feito com tonéis de metal reciclados, um biodigestor que produz gás de cozinha a partir de dejetos, um ponto de coleta materiais recicláveis e, obviamente e mais antiga, a pequena horta comunitária que cultiva com seus vizinhos (MAIA; MORELATO, 2017).

Muitos outros exemplos de mudanças promovidas em nível cotidiano, efetivadas pela comunicação comunitária, poderiam ser evocadas, afinal, desde 2009 eles partilham seus conhecimentos na Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), a qual agrega mais de trinta iniciativas de agricultura da cidade em busca do desenvolvi-

² Em depoimento ao autor em junho de 2017.

³ Em depoimento ao autor em abril de 2021.

mento sustentável e da transformação da realidade (MORELATO, 2024b). No entanto, devido à extensão deste relato, penso que as experiências citadas sejam suficientes para demonstrar que o desenvolvimento sustentável se atinge, necessariamente, através da conscientização coletiva e da ação concreta que a comunicação comunitária é capaz de provocar.

Conclusões

Ao longo deste artigo, teci correlações entre agricultura urbana, comunicação comunitária e desenvolvimento sustentável. Nesse empreendimento, apresentei parte dos debates sobre a proposta de desenvolvimento e sua recente reformulação, que leva em consideração a busca pela sustentabilidade. Apresentei um panorama sintético da agricultura urbana fluminense, narrei as contradições que envolveram a territorialização do desenvolvimento sustentável em uma região específica da cidade e, por fim, descrevi como movimentos sociais das

favelas da Zona Norte da cidade acionam a comunicação comunitária de modo a promover mudanças sociais na vida cotidiana.

Desses debates, conclui-se que o desenvolvimento sustentável não diz respeito apenas a um processo de comunicação organizacional realizado a partir de organismos internacionais, sequer a iniciativas de governos locais interessados na visibilidade proporcionada pela pauta; muito pelo contrário, ele deve ser entendido como uma mudança social em nossas ações as mais cotidianas, a qual se pode atingir através da comunicação comunitária que, de modo sensível, é capaz de promover conscientização e ação transformadora sobre nossa realidade.

No caso deste estudo, optamos por investir na história da agricultura urbana da Serra da Misericórdia, último remanescente verde da Zona Norte do Rio de Janeiro, que, cercada de complexos de favelas, é capaz de apresentar algumas das soluções à promoção de cidades e comunidades sustentáveis.

Referências bibliográficas

- ARRUDA, Claudia Maria Calmon. **Cidade do Som: história, música e memória**. Dissertação (Mestrado em História) Rio de Janeiro : UFF, 2007.
- BRITTO, Ana Lúcia; QUINTSLR, Suyá. Redes técnicas de abastecimento de água no Rio de Janeiro: história e dependência de trajetória. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS**, v. 9, n. 18, julho-dezembro de 2017. p. 137-162
- CAIAFA, Janice. **Trilhos da cidade: viajar no metrô do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro : 7Letras, 2013.
- CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; SILVA JÚNIOR, Nelson da. Progresso, desenvolvimento sustentável e diversas abordagens de desenvolvimento: uma sucinta revisão de literatura. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 24, p. 39-56, jul./dez.2011.
- DURHAN, Eunice. **A caminho da cidade: vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ESCOBAR, Arturo. **Encontering Development**: the making and unmaking of the third world. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

FALS BORDA, Orlando (org.). *Acción y conocimiento: como romper el monopolio con investigación-acción participativa*. Santa Fé (COL) : CINEP, 1991. FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). **The Milan Urban Food Pact: Monitoring Framework**. Rome : FAO, 2019.

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). **Urban and peri-urban agriculture sourcebook: from production to food systems**. FAO; Rikolto: Rome, 2022.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LIMA, Caren. **Agriculturas na e da cidade do Rio de Janeiro**: dicotomias e especificidades da agricultura urbana. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

MAIA, João; MORELATO, Rodrigo Rossi. Angústia global e transcrição local: sobre uma casa *tech* no Complexo do Alemão. **Revista Eco-Pós**, 20(3), 134-149. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v20i3.12199>.

MOUGEOT, Luc J. A. (editor). **Agropolis: the social, political and environmental dimensions of urban agriculture**. Earthscan and International Development Centre : London, 2005.

MORELATO, Rodrigo Rossi. Potencialidade estético-comunicativa na montanha esquecida. *In: FERNANDES, Cintia SanMartind et al (orgs). Cidades em Festa: comunicação, territorialidade, imaginários e ativismos políticos*. Cárceres (MT) : Editora UNEMAT, 2023.

MORELATO, Rodrigo Rossi. Circuito Carioca de Feiras Orgânicas: agroecologia, ativismo digital e segurança alimentar no Rio de Janeiro. **Anais do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Balneário Camboriu (SC) : Intercom, 2024a (no prelo).

MORELATO, Rodrigo Rossi. Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU): mudança social, comunicação e cidadania. **Revista Mediaciones**, 21(32), 2024 (no prelo).

ONG, Walter. **Oralidade e cultura escrita: a tecnologia da palavra**. Campinas (SP): Papirus, 1998.

ONU – Organização das Nações Unidas / Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro : Editora da Fundação Getulio Vargas, 1988.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo : Editora Brasiliense, 1988.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Pedagogia da comunicação popular e comunitária nos movimentos sociais**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2022.

POMPÉIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo : Elefante, 2021.

RIO DE JANEIRO. **Decreto Municipal N° 19.144, de 14 de novembro de 2000**. Cria a Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana da Serra da Misericórdia – AP-3. Rio de Janeiro : Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2000. Disponível em <https://www2.rio.rj.gov.br/smu/buscafacil/Arquivos/PDF/D19144M.PDF>. Acesso 04 de jun. 2024

ROGERS, Peter P., **An introduction to sustainable development**. London: Earthscan, 2008

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SOARES, Lorena Portela (org.). **Agriculturas urbanas agroecológicas e promoção da saúde: fortalecendo diálogos, memórias e redes**. Rio de Janeiro : Fiocruz; Articulação Nacional de Agroecologia, 2023.

TUFTE, Thomas. **Communicantion and social change: a citizen perspective**. London: Polity Press, 2017.

 Data do recebimento: 17/06/2024

Data do aceite: 09/08/2024

Dados dos autores:

Rodrigo Morelato

Professor de Jornalismo do Centro de Formação em Artes e Comunicação da Universidade Federal do Sul da Bahia (CFAC-UFSB). É bacharel em Cinema e Audiovisual (UFF), Mestre e Doutor em Comunicação (UERJ).